Síntese de Audiência

Dia: 10 de janeiro de 2014

ENTIDADE: Comissão de Trabalhadores em Licença Extraordinária

ASSUNTO: ***Proposta de Lei n.º 184/XII/3.ª (GOV) – Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas***

Recebida pelo Grupo de Trabalho:

- Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS), Coordenadora;
- Senhor Deputado António Gameiro (PS);
- Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD);
- Senhor Deputado David Costa (PCP);
- Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE).

Síntese dos Temas Abordados:

A audiência enquadrou-se no âmbito da apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 184/XII/3.ª (GOV), que *Aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.*

A Senhora Deputada Catarina Marcelino (PS), coordenadora do Grupo de Trabalho, iniciou aos trabalhos, dando as boas-vindas aos representantes dos trabalhadores em licença extraordinária e agradecendo a sua presença na Assembleia da República.

A Senhora Deputada apresentou os Senhores Deputados presentes, dando conta da deliberação da Comissão quanto à constituição de um Grupo de Trabalho para apreciação da iniciativa na especialidade, em matéria de concessão de audiências e discussão e votação indiciária, na especialidade. De seguida, apresentou a metodologia de condução dos trabalhos, após o que passou de imediato a palavra aos representantes dos trabalhadores em licença extraordinária, para uma intervenção inicial.

Estes representantes agradeceram a concessão da audiência e a disponibilidade permanente da Comissão para os receber, recordando os cortes das subvenções a que têm vindo a ser sujeitos desde o Orçamento do Estado para 2013, reiterados no Orçamento do Estado para 2014 e que a Proposta de Lei em apreço pretende tornar permanentes, no artigo 13.º do diploma preambular. Consideram estes trabalhadores estarem sujeitos a restrições fortes das subvenções que recebem e um aumento de deveres (limitação ao exercício de atividades que poderiam constituir-se como fonte suplementar de rendimento).

Sobre esta matéria, recordaram o teor do parecer do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado à proposta de lei, defendendo a eliminação do referido artigo. Deram ainda conta da exposição efetuada ao Senhor Provedor de Justiça e a recomendação subsequentemente remetida à Ministra das Finanças quanto à regularização desta situação. Reiteraram, ainda, serem um pequeno grupo de funcionários públicos, com incipiente impacto orçamental.

Em sede de debate, os Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD), António Gameiro (PS), Mariana Aiveca (BE) e David Costa (PCP) usaram da palavra para agradecer a exposição efetuada e colocaram diversas questões.

Os representantes dos trabalhadores em licença extraordinária prestaram um conjunto de informações, nomeadamente quanto ao facto de existirem funcionários públicos nesta situação a receberem uma subvenção abaixo do salário mínimo nacional.

Recordaram que a sensibilidade demonstrada pelos Grupos Parlamentares não tem sido eficaz quanto à solução do problema deste conjunto de trabalhadores, e que a resposta do Governo ao pedido anterior de informações efetuado pela Comissão não permite aferir o verdadeiro impacto orçamental da despesa associada a estas subvenções.

A Senhora Coordenadora do Grupo de Trabalho tomou boa nota e agradeceu as informações prestadas pelos representantes dos trabalhadores em licença extraordinária.

De seguida, deu conta da tramitação subsequente da Proposta de Lei, após o que encerrou a audiência.

Diversas informações sobre a audiência, nomeadamente a recomendação do Provedor de Justiça e a gravação, podem ser encontradas na página internet da Comissão.

Palácio de São Bento, em 10 de janeiro de 2014

A Coordenadora do Grupo de Trabalho

Catarina Marcelino